

Margareth Arilha

ECOS, São Paulo, Brasil.

O texto apresentado pelo autor parece se desenvolver tendo como argumento principal o fato de que a biologia estaria preparada para acolher-nos como filhos de uma maneira mais global do que a da reprodução biológica geneticamente determinada. A natureza estaria inclusive mais apta a acolher com mais sucesso embriões produzidos de material genético alheio, do que aqueles gerados de uma fecundação com gametas femininos do corpo onde se daria a gravidez. Considerando esses os argumentos principais, é nessa perspectiva que vejo como relevante fazer algumas considerações.

De fato, o desenvolvimento tecnológico que ocorre hoje no mundo, no campo da reprodução assistida, obriga-nos a pensar a reprodução em patamares diferentes daqueles com que estamos acostumados a trabalhar. No entanto, antes de mais nada, considero oportuno refletir um pouco mais sobre com que definições de reprodução a ciência nos brinda em seus diferentes campos de construção do saber. Evidentemente, a maneira de compreender os fenômenos da reprodução não será a mesma se olharmos para as ciências médicas ou para as ciências sociais, ou então se olharmos para o mesmo campo de produção científica, com lentes epistemológicas e ontológicas diferenciadas.

Assim, não posso concordar com a afirmação de que desde 1978 “*a comunidade científica se viu comovida*” pela possibilidade de intervir efetivamente no processo reprodutivo humano. Na verdade, a comunidade científica encontrou uma nova maneira de interferir sobre os processos reprodutivos. A interferência sobre processos de fertilidade, seja para impedir a sua concretização, seja para estimular e de certa maneira driblar infertilidades, sempre ocorreu. Trabalhos do campo da demografia, ou da história, indicam que há muito tempo homens e mulheres tentaram interferir sobre processos reprodutivos: na Grécia, Roma, Idade Média, Moderna... até os tempos atuais. Diferentes jogos de força e de poder, o pertencimento a diferentes estratos sociais, diferentes concepções de família, as relações de trabalho, diferentes concepções das relações de gênero, a forma de olhar e significar a infância, bem como a relação de adultos com as crianças, sempre interferiu no processo de construção do sentido em torno da reprodução. São construções sociais e culturais que definiram o modo de compreender a reprodução. Também é uma posição bastante parcial colocar que, somente a partir de 1978, as pessoas puderam começar a participar

de maneira consciente em processos reprodutivos.

Na verdade, a reprodução pode ser compreendida apenas tomando-se por base os processos e possibilidades de fecundação; podem-se incluir ou não os processos de desenvolvimento e/ou de não-desenvolvimento de gestações (contracepção, abortos) e problematizá-los, podendo-se incluir ainda uma perspectiva mais ampla de considerar a maternidade e a paternidade inseridas em sociedades bem estabelecidas, em toda sua complexidade, como facetas de processos reprodutivos. Além disso, pode-se também pensar a reprodução sob a perspectiva dos homens e das mulheres envolvidos. Sem dúvida haverá diferenças.

Definições a respeito de quando se é pessoa, ou problemas éticos advindos da doação/destruição de embriões, seleção ou não dos mais aptos, ética do tempo... são todas questões que poderiam ser uma a uma debatidas. Porém, o mais significativo me parece ser enfrentar os dilemas criados pelo argumento principal. Evidentemente não se trata, a meu ver, de pôr em cheque a afirmação ‘científica’ de que a natureza receberia melhor aqueles embriões formados com material genético distinto, e sim de mostrar como esse é um novo argumento que, no contexto de produção de discursos e argumentos que buscam promover as tecnologias de reprodução assistida, serviria para embasar e tentar disseminar de maneira legitimada os procedimentos científicos. Ora, a grande questão é que, na verdade, a reprodução não existe no imaginário social apenas como procedimentos biológicos. Os processos reprodutivos se desenvolvem na esteira da construção de representações e significados em torno da vida e da morte, em torno das relações de parentesco e dos mitos fundantes de nossas estruturas de relações afetivas e sexuais, que não podem ser desconsiderados. Não basta que a tecnologia possa proceder à produção de seres humanos de qualquer maneira, e a qualquer custo. Essas práticas precisam ser conhecidas e incorporadas pela sociedade, de maneira a poderem fazer sentido numa rede de crenças, desejos e de memórias que possam existir e ser aceitos nas relações humanas. Assim, com os novos desenvolvimentos, trata-se de saber que necessidades temos de pais e mães genéticos, se mulheres desejam oferecer seus corpos como estruturas orgânicas nos quais se processaria o crescimento de embriões, e que implicações de mecanismos de compra e venda tais mudanças poderiam trazer. Penso que não se deve opor ao desenvolvimento tecnológico e considerá-lo nefasto em si. No entanto, cabe-

ria-nos aceitar o desenvolvimento tecnológico por um lado e enfrentá-lo por outro, buscando a articulação de uma permanente discussão sobre os desejos e poderes, quer seja nas relações entre pessoas que buscam as tecnologias, quer seja no repensar estruturas jurídicas, antropológicas e psicológicas da maternidade e da paternidade.

Álvaro Petracco

Centro Clínico PUC,
Porto Alegre, Brasil.

Em relação ao artigo “Dilemas de la reproducción asistida”, do Dr. Zegers, gostaríamos de tecer algumas considerações. Primeiro acreditamos ser de suma importância a discussão dos temas propostos, afinal, as técnicas de reprodução assistida (ART) constituem uma das formas de tratamento mais recentes na história da medicina. Desta forma, muito se teria a discutir apenas por isto. Entretanto, a ART vai muito além, pois questiona aspectos básicos do exercício da medicina. Até que ponto, aquilo que ‘pode’ ‘deve’ ser feito? Onde ficam conceitos como autonomia e beneficência? Apenas discutindo estes assuntos delicados é que poderemos vislumbrar o caminho daquilo que é correto.

Em nosso empenho na busca do alívio da infertilidade conjugal, encontramos respostas para questões ainda não formuladas. A sociedade moderna assiste perplexa ao surgimento de novas técnicas, que mal compreende, e se ressentente. Busca regulamentar aquilo que ainda não existe. Em geral, a lei sucede ao fato ocorrido, mas aqui, de tão complexas, as dúvidas geram, além de preocupações pertinentes, tentativas de desacelerar o vertiginoso progresso na área da reprodução humana.

Devemos separar aquilo que a mídia nos traz, o sensacionalismo que vende jornais e a ameaça de um ‘admirável mundo novo’, do real questionamento ético e moral. Não podemos pretender que soluções ou regras eticamente aceitas universalmente sejam moralmente acatadas em cada região do planeta. A formação cultural e religiosa de cada povo irá determinar aquilo que será moralmente aceito naquele grupo. Aqui reside um dos maiores méritos das discussões propostas desde o encontro proporcionado pelo Registro Latino-Americano em La Reñaca, Chile. Ali foi proposta a discussão des-

tes temas tão polêmicos, dentro do âmbito da América Latina, sem apenas importar conceitos ou regras estrangeiras. A cultura latina busca as respostas que lhe são pertinentes.

Gostaríamos de argumentar, mais especificamente, alguns pontos desta discussão proposta pelo Dr. Zegers.

Quando comenta que as taxas de implantação são mais altas quando os *concepti* são oriundos de doadoras, devemos ter em mente que esta técnica (doação de gametas/oócitos) aplica-se em situações muito especiais. Entre estas cabe destacar a falência ovariana prematura, ou ainda a idade materna avançada. Poucas são as situações em que teríamos que optar entre transferir embriões de boa qualidade da mãe e embriões de doadoras, para permitir esta comparação. Além disto, a transferência em ciclos com hiperestimulação ovariana controlada podem apresentar os inconvenientes dos altos níveis (suprafisiológicos) de estradiol sobre o endométrio. Estas considerações, entretanto, não contradizem a pertinente colocação de que a mulher pode receber embriões que não lhe são geneticamente próprios.

Ao comparar o fim da atividade cerebral, verificada pelo eletroencefalograma, como marco da morte, torna-se difícil entender a contrapartida, pois o início da atividade cerebral ainda é muito pouco entendida. Como aferir o detalhe que nos permite ser conscientes de nossa existência? Será que poderíamos, pelo registro de atividade elétrica cerebral inferir que ali iniciou-se uma vida? Um registro sem atividade elétrica define morte cerebral, o que define vida, ou ainda, uma pessoa?

Muito interessantes as colocações sobre juízos de valor, pois permitem uma análise mais isenta da polêmica referente ao abortamento. Por mais que se aceitem ou refutem aspectos morais relativos à interrupção de uma gravidez, o fato ético e biológico irrefutável é de que uma vida se encerra. Seja ela desejada ou não, vida nascida, potencial como se queira, mas vida.

Em termos de criopreservação, tanto se fala e discute, tantos casos polêmicos já ocorridos, tantos embriões congelados... Será que a solução inglesa, de eliminar determinados embriões, contribui para a solução do problema? O que fazer com os milhares de embriões congelados mundo afora? Teríamos primeiro que entender melhor o que vem a ser um bom embrião, para poder escolher os melhores a transferir. Aspectos morfológicos são uma forma, quando muito, grosseira de se avaliar o potencial de cada embrião. O número de embriões a ser obtido em determinado ciclo de estimula-